

A PEDAGOGIA DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO AMARELA I, SÃO MIGUEL DE TAIPU-PB

*THE PEDAGOGY OF THE STRUGGLE FOR THE
LAND IN AMARELA I SETTLEMENT, SÃO MIGUEL
DE TAIPU-PB*

Ivanilson Batista da Silva
Eduardo Jorge Lopes da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender a luta pela conquista da terra de Amarela I, município de São Miguel de Taipu-PB, em seu aspecto pedagógico. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho participante em que o sujeito protagonista do processo é coobjeto de toda ação investigativa. Para entender todo o processo construtivo, foram utilizados, como recurso para coleta dos dados, entrevistas semiestruturadas, consulta às atas de reunião da associação dos trabalhadores rurais de Amarela I, e exemplares dos jornais O Norte e Correio da Paraíba (1994 - 1995). Nesse ínterim, os sujeitos foram se fazendo na luta e na coletividade, foram tomando consciência de sua condição enquanto oprimidos para se fazerem camponesas e camponesas protagonistas de suas histórias. Trata-se de uma pesquisa cujo resultado desembocou na conquista da terra e na aprendizagem em que o trabalho fortalece a luta e a obtenção de conquistas e direitos em benefício de todo o coletivo.

Palavras chaves: Educação; Pedagogia da Luta; Luta pela Terra.

Abstract

The aim of this study is to understand the struggle for land in Amarela I, São Miguel de Taipu municipality, Paraíba state, in its pedagogical aspect. The methodology used was the qualitative research under the participant viewpoint, where the leading subject of the process is also a co-object for all investigative action. To understand the whole construction process one used as a resource for collecting data, semi-structured interviews, consultation of the meeting minutes of the rural association in Amarela I, as well as copies of the newspapers “O Norte” and “Correio da Paraíba” (1994, 1995). In the meantime, subjects were being made in the struggle and in the community, they became aware of their oppressed condition in order to change themselves as leading peasants and conduct their own histories. This is a research that produced results about land achievement, as well as the learning that work strengthens struggle, gains and rights in benefit of the whole community.

Keywords: Education; Pedagogy of Struggle; Struggle for the Land.

1. Introdução

O objeto deste artigo é resultado de uma pesquisa sobre a formação da identidade dos camponeses e camponesas na luta pela terra, no assentamento Amarela I, no município de São Miguel de Taipu-PB, onde cerca de 120 famílias vivem, atualmente, da produção agrícola caracterizada pela policultura e pela criação de caprinos, ovinos e aves, de onde tiram o sustento para o consumo familiar e para a comercialização do excedente, nas feiras locais e dos municípios vizinhos. Esta atividade vem garantindo o sustento das famílias e uma boa qualidade de vida para toda comunidade.

Assim, este tema surgiu, dentre outros fatos, da experiência de vida do pesquisador, como filho de assentado residente neste assentamento, bem como da condição de ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I¹. Outro elemento motivador foi o de ter sido educador do Curso de Pedagogia (PEC/MSC)², em parceria entre a Universidade Federal da Paraíba, o PRONERA³ e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O curso foi orientado sob os princípios da Educação do Campo. Por fim, por ser militante incondicional da educação de qualidade para os povos do campo.

O tema é de suma importância por entendermos que os povos do campo, em especial, os de Amarela I, constituíram uma pedagogia da luta durante todo processo de conquista da terra, que durou três anos. Durante esse processo de luta, os camponeses sofreram uma série de retaliações, tais como despejo, ameaças, prisões, e foram feridas

na busca por seu lugar para morar e criar os filhos. Estes fatos propiciaram uma dada pedagogia forjada em circunstâncias um tanto violentas que precisam ser valorizadas pela escola e reconhecidas academicamente, uma vez que o processo de luta desta conquista não pode passar despercebido pelas ciências sociais e humanas.

Os povos do campo, historicamente, sofrem um processo de marginalização e a academia pode ajudar a minimizar este quadro, a partir, dentre outros, da valorização desta luta como elemento para se reconhecer o direito dos povos camponeses, o seu protagonismo e a sua história, sistematizando suas experiências e saberes. Neste sentido, buscamos resgatar o processo de luta no assentamento Amarela I, bem como as transformações que dela decorreram, no intuito de contribuir pedagogicamente para o entendimento da importância social, política, cultural e acadêmica da luta pela terra.

O território pesquisado foram os Assentamentos Amarela I e II. Participaram da pesquisa oito pessoas, selecionadas entre todos os moradores do assentamento, e reconhecidos, nesta pesquisa, como produtores de suas histórias e que tiveram seu protagonismo na luta pela terra. Para a obtenção dos dados, recorreremos à técnica de entrevistas semiestruturadas com três camponesas e um camponês, residentes no sobredito Amarela, que participaram ativa e intensamente do conflito desde o início; um padre, que contribuiu com a organização dos camponeses e que tem desempenhado um papel importante na luta pela terra não só em São Miguel de Taipu, bem como em outros municípios do estado da Paraíba como representante da CPT; um agente pastoral da CPT; a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu; e o ex-secretário deste mesmo sindicato.

A escolha das pessoas se deu devido ao seu envolvimento durante todo processo da

1 O período de atuação na condição de presidente da Associação foi de 16 de maio de 2011 a 16 de maio de 2013, segundo as normas do Estatuto da Associação. Na gestão 2013-2015, nossa contribuição tem sido na condição de secretário.

2 Lê-se: Programa Estudante Convênio (PEC) e Movimentos Sociais do Campo.

3 Lê-se: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

luta pela conquista da terra, na organização e participação, durante o conflito.

2. Histórias da luta pela terra em Amarela I ⁴

A antiga Fazenda Engenho Novo media uma área de 3.160⁵ hectares de terra; pertencia à matriarca da família Ribeiro Coutinho⁶. Com a morte da matriarca, a propriedade foi subdividida entre os cinco herdeiros, os quais receberam 632 hectares cada um. A propriedade era ocupada por 408 famílias, que viviam na condição de moradores, trabalhando para esta família por vários anos no cultivo da cana-de-açúcar e na criação de bovinos.

Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitat na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno e grande porte. Tinham direito à lenha e água. Eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor, os cambões, dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados a pagar o cambão (PEREIRA, 2005, p.66).

4 O nome Amarela I é decorrente do solo ser de um tipo de barro de cor amarelada. A área, antes da luta, era conhecida como Fazenda Engenho Novo, pertencente à família Ribeiro Coutinho. No dia 12 de janeiro de 1995, a terra foi desapropriada e recebeu o nome Assentamento Amarela. (Atas da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I, CNPJ: 97.549.350/0001).

5 Segundo as seguintes fontes, Relatório Técnico de Vistoria do INCRA. Jornal O Norte (07/07/2011); Jornal Correio da Paraíba (18/03/1994) e a Ata da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I e II.

6 Por questões éticas, os nomes da matriarca e dos herdeiros desta família não serão revelados neste artigo. Quanto aos entrevistados, seus nomes serão substituídos por pseudônimos.

Foi por meio destas culturas que se deu o sistema de dominação e exploração da mão de obra campesina, a qual predominou por longo tempo, sem que os trabalhadores pudessem se expressar sobre os seus direitos. A segregação e a espoliação da liberdade do bem-estar das famílias foram constantes; os trabalhadores eram coagidos a dar um dia de trabalho gratuito ao patrão, para pagar sua condição de moradia, o que é conhecido, na linguagem camponesa, por cambão. Além disso, havia o foro, que constituía o pagamento pelo uso da terra e era feito mensalmente, como atesta a seguinte entrevistada em seu depoimento:

Antes da luta meus pais pagavam cambão que era um dia por semana de trabalho de graça, depois passaram a pagar o foro todo mês ao proprietário.

Camponesa Nenê de Catolé, em 15/08/2011

Pelo que pudemos constatar, a exploração do pequeno agricultor, através do cambão, ou do foro, é uma prática antiga. E somente teve fim na região depois da morte de João Pedro Teixeira, líder das ligas camponesas de Sapé-PB, quando houve uma manifestação, em 1º de maio de 1962, contra o cambão, entre outros protestos (PEREIRA, 2008).

Além disso, os camponeses e as camponesas eram obrigados a votar nos políticos escolhidos pelos patrões, caso contrário, eram castigados e expulsos da terra, sem nenhum direito trabalhista. A propósito, nessa época, direito era um benefício que não fazia parte da cultura camponesa, pois os camponeses eram vistos como pessoas que só tinham o dever de permanecer calados, obedientes aos mandos e aos desmandos do patrão, como constatamos no depoimento de Rosinha:

A gente pagava foro da terra se queria ter o direito; se você não pagasse o

foro não tinha direito nenhum; até um bicho que a gente criasse, a gente tinha que dar aquela parcela de contribuição do pasto do gado; era uma vida ruim, porque se o proprietário passasse, que era naquele tempo o administrador [nome suprimido], ele perseguia os trabalhado; ele cortava a cana, e se o carro atolasse ele fazia os trabalhador de escravo! Eu não, meu pai, meu sogro, era alvo dele; quantas vezes eu vi ele fazer isso e os meninos tinha que ir, né? Tinha o tal do cambão.

Camponesa Rosinha, em 22/08/2011

Com a morte de um dos herdeiros, sua parte da terra foi subdivida com seus quatro filhos. A partir daí, o conflito se iniciou, porque os proprietários cuidaram logo em registrar seu quinhão em cartório, dispensando os trabalhadores do serviço, sem o ressarcimento referente ao tempo de serviço, às benfeitorias e plantios que cada um tinha na terra que ocupava, muitos desde o nascimento.

O confronto com os proprietários se iniciou em 1991, quando os agora sem-terra tomaram conhecimento do despejo. A intenção dos herdeiros foi desocupar a terra, expulsando as 408 famílias, para plantar cana-de-açúcar, como afirma dona Nenê de Catolé:

Vendo que os proprietários não queria receber o foro e ia vender a terra pra usina aí nós começamos a lutar juntos com o apoio da CPT e alguns trabalhadores [...].

Camponesa Nenê de Catolé, em 15/08/2011

Os camponeses foram ameaçados e coagidos. Não podiam plantar na terra livremente e, sob essas condições, resolveram se organizar e lutar pela sua liberdade. Em 1993, os camponeses e as camponesas das regiões conhecidas como Lagoa Preta, Água

Branca e Mata de Vara, sendo esta última a comunidade onde se deu todo conflito, reuniram os/as camponeses/as das outras áreas para reivindicarem seus direitos, como nos revela Rosinha:

Só que a luta da gente não começou aqui; o foco maior era a área de mata de vara lá era o coração da terra, mesmo assim Amarela I foi desapropriada primeiro, Amarela II, derradeiro e Mata de Vara.

Camponesa Rosinha, em 22/08/2011

Na comunidade Mata de Vara, eram realizados mutirões e plantações coletivas, além do enfretamento com proprietários e capangas que sempre ocorria nesta área. Daí em diante, orientados pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu (STR), foi criada uma comissão para discutir que posições seriam tomadas diante da arrogância e da violência dos proprietários, com denúncias aos órgãos competentes quando necessário.

Foi através das orientações da CPT e Sindicato. O meu envolvimento era que eu fazia parte da comissão, na comissão aonde a gente definia o que ia fazer com assembleia na comissão eu fazia parte; gente reunia o grupão de gente para lutar.

Camponesa Rosinha, em 22/08/2011

Durante o processo para a conquista da terra, houve um conflito bastante acirrado com os proprietários, com violência física, policial, despejo, prisões, espancamento. Esses fatos foram manchetes no Jornal Correio Cidade: “**Agricultores são espancados por capangas**” (Terça-feira, 09 de agosto de 1994, p.3). Houve também tiroteio em que pessoas foram baleadas; um verdadeiro desrespeito aos princípios constitucionais da nossa sociedade democrática.

Na luta também houve muito tiroteio, esse aqui foi baleado [se referindo ao seu o esposo. Acréscimo nosso] nas costas, a irmã dele foi na perna que varrou né de um lado para o outro, o irmão Assis no braço, outros foram nas costas só que a bala batia na enxada, isso foi no dia 21 de abril que foi feriado, foi no dia que aconteceu o tiroteio, só não teve despejos. Mas, teve casa quebrada, móveis do povo quebrado, muita fruta do povo arrancada, teve muita coisa, lavoura cortada, muita coisa mesmo acabada que eles fizeram.

Camponesa Rosinha, em 22/08/2011

Assim, os agricultores/as foram para o enfretamento, sofreram repressão por parte do aparelho repressivo do Estado, a polícia, atrelada ao poderio burguês do latifundiário. No dia 17 de março de 1994, estavam os/as trabalhadores/as reunidos em mutirão (cerca de cem pessoas) para o cultivo da terra – desobedecendo à ordem judicial de reintegração de posse concedida, um dia antes, pelo Juiz de Direito da Comarca de Pilar-PB, pleiteada pelos proprietários da fazenda, acusando os agricultores de invasores de suas terras – quando foram surpreendidos/as por 50 policiais militares, do batalhão de choque do 4ª BPM, sediado na cidade de Guarabira/PB, requisitados pelo referido juiz para prendê-los pela desobediência da ordem judicial.

O que percebemos com este fato é todo o aparato policial, ofertado pelo Estado, para coagir pessoas que estavam lutando por um direito constitucional, negado pelos setores administrativos do Estado. Cercado pelos policiais, os/as trabalhadores/as foram detidos/as e levados/as para prisões e penitenciária pelo crime de lutar pela terra.

A luta não foi tranquila, [...]. Teve prisão, foi 7, depois foi 17. 14 homens e 3 mulheres. A última foi quando a gente

plantou o feijão e Carlão veio onde ele estava com uma relação o nome na mão para pegar as pessoas para levar pra dentro do carro e eu fui uma das primeiras que eu era agitadora, ele diziam que eu era agitadora do movimento. Eles já tinha uma relação de nomes que Patacão (Luís do Carmo Albuquerque, vice-prefeito de São Miguel de Taipú, na época) tinha dado a ele com essa relação de nome. Patacão chamava com a gente era pé redondo que era pé de burro, eu sei que entrou 17 pessoas para dentro do ônibus. Eu mesmo não me amedrontei a gente fez um círculo bem grande, e a gente ali no meio ele só foi pegar a gente depois que Carlão chegou jagunço da fazenda.

Camponesa Rosinha, em 22/08/2011

Podemos perceber na fala da camponesa a união do grupo que se tornava forte, a partir do momento que eles e elas passaram a cuidar uns dos outros, sendo cada um/uma responsável pelo bem-estar do companheiro/a. Neste depoimento, podemos entender a mística da luta, da organicidade do grupo, para enfrentar o poder opressor.

Um outro fato ocorreu no dia 12 de abril de 1994, quando foram presos sete camponeses; eles foram conduzidos à cadeia pública de Pilar, município vizinho de São Miguel de Taipú, conforme ilustração 1.



Ilustração 1 – Foto dos agricultores presos.

Fonte: Arquivo do senhor Severino Ramos, 1994.

Sob forte pressão, os agricultores não aceitaram os ditames da ordem vigente. Não desistiram de lutar, de modo que crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, unidos pelo sentimento de solidariedade, amor, compaixão, respeito, companheirismo, não ficaram abatidos; pelo contrário, se uniram em prol da conquista de sua terra, lugar onde viveram a vida toda, construindo laços de amizades verdadeiras com as águas, os animais, as plantas, os homens. Assim, em momentos de adversidades, os agricultores se uniram ainda mais, pois sabiam que, dessa forma, poderiam vencer a luta.

O processo de resistência e luta foi se impondo aos camponeses e às camponesas, através do enfrentamento do poderio dos proprietários, como declara Sr. Nequinho, em seu depoimento obtido em 22/08/2011:

Como a gente era nascido e criado aqui tinha que enfrentar mesmo ou se não ia pra rua e eu não queria não, Deus me livre!

Nequinho, em 22/08/2011

Nas palavras do camponês, podemos observar o egoísmo da burguesia, que não reconheceu os longos anos que esses/as trabalhadores/as lhe serviram e lhe proporcionaram bem-estar e luxo. Do outro lado, podemos ver a triste condição que

o camponês e sua família tinham que enfrentar; um caminho de mão única: ou se morre ou se triunfa! Para o senhor Nequinho, a cidade representava uma morte, morte de sua cultura, identidade, pedagogia que, ano a ano, foi lapidada na relação do dia a dia com a terra e com os outros saberes passados de geração a geração.

3. A pedagogia da luta pela terra em Amarela I

A educação é um conceito amplo e complexo. Educação formal, não formal e informal são exemplos de que a educação abarca um conceito heterogêneo, mas que ajuda a compreender o ser humano em sua dinâmica social e em suas experiências pedagógicas, ao longo da vida. Podemos dizer que a educação se dá em todos os espaços, inclusive distante das paredes escolares; se dá através da participação política, ou mesmo quando uma mãe ensina ao seu filho algum valor social, ou quando estamos na fila de um banco, interagindo com outras pessoas; ainda, quando um agricultor ou grupo de agricultores participa de uma reunião para traçar estratégias de luta. Em todos esses exemplos, podemos afirmar que, nas relações sociais, há um processo de ensino e aprendizagem. Brandão (2006, p. 13) assim conceitua a educação:

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida.

Especialmente, na participação efetiva em ações dos movimentos sociais, é possível identificar um processo educativo que desperta nos sujeitos uma nova visão de mundo, um novo jeito de agir; a ideia de que através da luta é possível mudar as condições de vida, enfim, que se pode constituir novas aprendizagens e identidades. Isso se dá pelas práticas educativas vivenciadas no processo de luta, em que se reflete sobre as condições de vida e de opressão que se vive e se aprende; juntos e organizados, os camponeses e as camponesas podem mudar a opressão do latifúndio e construir, na terra, um território de vida e de esperança. Como assevera Souza (2007, p. 124):

Os movimentos sociais, especialmente os sociais populares, são entendidos como forças sociais e correntes de opiniões e proposições sobre para o conjunto social que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social e garantem sua autonomia em relação ao Estado e aos partidos, pela orientação social de sua ação que incide sobre as mentalidades e as práticas cotidianas da sociedade em sua heterogeneidade. Esse tipo de ação não tem como característica a mobilização permanente. Pode ocorrer de maneira relativamente pontual, mas com certa duração para gerar posicionamentos sociais sobre a incidência de sua prática.

Neste sentido, no âmbito da educação popular, as experiências mais inovadoras de formação humana estão ocorrendo nos movimentos sociais populares, através de práticas que geram processo de transformação das mazelas sociais provocadas pelo sistema capitalista, em outro tipo de vivência mais justa e digna para todos, como salienta Batista (2007b, p. 2):

Movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem numa esfera sociocultural, onde sujeitos coletivos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e que buscam mudar a sociedade em que vivem.

Dessa forma, os movimentos sociais se apresentam como a possibilidade de construir uma nova sociedade alternativa, ancorada no respeito aos seres humanos e a natureza. Concordando com Caldart (2004, p.337): “o que move uma pessoa é a necessidade, mas o que mantém em movimento são objetivos, princípios e valores”. Essa construção do ser humanizado se afirma em suas práticas educativas de luta contra a lógica do capital, em todos os âmbitos; é no movimento pelas melhorias sociais que o sujeito se torna mais humano, amoroso e cuidadoso com seu próximo. Pelo menos é o que se espera de um tipo de educação que visa à relação social apartada das práticas e da lógica do mercado global, ou seja, que não compreende o ser humano apenas como um ser econômico.

Assim, para compreensão da luta social pela conquista da terra em Amarela I, recorremos ao conceito da pedagogia da libertação na concepção freireana, por entendermos que essa matriz pedagógica é a que mais se aproxima do ato de libertação dos camponeses e das camponesas. Nessa esteira, nos alicerçamos na seguinte compreensão de pedagogia da luta: “a pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo: nada é impossível de mudar e, quanto mais inconformada com o atual estado das coisas, mais humana é a pessoa” (BENJAMIM, 2000, p. 33).

Os trabalhadores camponeses de Amarela I viviam à margem da sociedade; espoliados de seus direitos e usurpados pelos

latifundiários locais, não se acomodaram a essa situação, pelo contrário, ao invés de se curvarem diante dos ditames da elite agrária, resolveram unir forças para mudar sua realidade. Começaram a se perceber e a se ver como sujeitos históricos e agentes da própria libertação. No entanto, esse processo de negação e afirmação para conquista da libertação não é fácil. O próprio Paulo Freire, no livro **Pedagogia do Oprimido** (1987, p.35), afirma que: “a libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso”. E, sendo assim, os camponeses e as camponesas de Amarela I tinham apenas duas alternativas: lutar contra todo processo de dominação que lhes era, historicamente, imposto, ou abandonar o lugar onde estavam fincadas suas raízes, para viver nas periferias das cidades, mudando assim seus modos de vida; tendo que se misturar às ferragens das fábricas, se adequar ao emprego informal, ou partir para mendicância, como acontece com muitos/as camponeses/as desqualificados/as profissionalmente, para atender às exigências dos grandes centros urbanos.

No caso dos/as trabalhadores/as de Amarela I, eles/as resolveram lutar contra aqueles que os/as exploravam ao longo de muitos anos, colocando suas vidas em risco. O que podemos ver é que a luta social pela terra deu ânimo aos/às trabalhadores/as, levando-os/as a refletir sobre sua condição social. Na sociedade, neste ato, se fez presente a Comissão Pastoral da Terra que contribuiu com o trabalho de organização e conscientização dos/as trabalhadores/as campesinos/as junto com STR de São Miguel de Taipu. Ao tomarem consciência de seus direitos, os/as camponeses/as perceberam que sozinhos/as não chegariam a lugar nenhum, como o sonho pela terra era compartilhado por todos/as, resolveram se organizar e se unir em prol de um objetivo: a conquista da terra!

A luta pela terra em Amarela I foi mediadora para formação da identidade

camponesa, despertando os/as camponeses/as do seu estado de letargia, para formarem um novo sujeito comprometido com os adventos de sua classe; ou seja, a terra e seu caráter educativo, na qual eles/as, trabalhadores/as do campo, se formaram no percurso da/na luta pela sua conquista, através de uma práxis revolucionária, a qual, segundo Freire (1987, p. 38): “[...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressora oprimida”. O processo de libertação do oprimido diante do opressor não se dá de uma hora para outra. É preciso que travem uma luta com seu oponente, para se libertar dos grilhões. Em alguns casos, percebemos que muitos deles/as já estão conformados, ou seja, já se adaptaram à condição de subjugados. Muitos acabam por considerar a opressão legítima, subordinando-se aos ditames da ordem dominante. Brandão (1999, p.31) ressalta:

Como romper o círculo vicioso em que situação material de opressão sentimento, impotência, e resignação mental se reforçam mutuamente de tal forma que se chega a considerar a dominação como um fato normal e natural, como parte da ordem natural das coisas.

Mas, há aqueles que negam seu opressor na busca pela libertação. E, ao negar a condição de exploração e expropriação dos direitos, os camponeses e as camponesas despertam para um novo pensar e um novo agir que chamamos de consciência “do nós”; eles/as não apenas veem sua condição, mas, a dos outros companheiros, a consciência de classe; de uma classe que, ao longo do processo histórico, se posicionava embaixo das “solas dos sapatos” da elite agrária e, ao perceberem isso, os camponeses/as de Amarela I afirmam a sua identidade, através da consciência revolucionária como nos afirma Saviani (1982, p.13 apud GADOTTI, 1986,

p.19): “ora, sem a formação da consciência de classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade”. A organização faz com que camponeses e camponesas do sobredito assentamento se unissem em um movimento para conquistar seu pedaço de chão, através do conflito e enfrentamento contra o opressor. A esse respeito, declara Bogo (2008, p.147):

Somente a organização permite a formação de identidades combativas voltadas para a defesa dos interesses de classe. Dessa forma, os camponeses poderão expressar o lema revolucionário como última alternativa: ‘ou se triunfa ou se morre!’

Assim, entendemos que a luta pela terra em Amarela I forjou a compreensão da consciência de classe dos camponeses e das camponesas. Esta consciência de classe, por sua vez, ocorreu no intercurso da organização da luta pela terra, desencadeando, desta feita, as transformações sociais e a mudança de vida e de postura diante do opressor, pois, eles e elas tinham apenas um lema “ou se triunfa ou se morre!”. Por isso, não titubearam frente ao aparato policial e aos capangas. Muitos deles afirmam que, ao deixarem suas casas, despediam-se de seus filhos como se fosse à última vez que os viam, pois não sabiam se voltariam, mesmo assim, não aceitaram sua condição secular de exploração.

Parafrazeando João Cabral de Melo Neto, os anos de exploração já representavam uma morte em vida, uma vida sem direitos, sem dignidade, sem humanidade, roubada pelo opressor, dia após dia. “Uma morte e vida Severina”.

A luta ensinou ao homem e à mulher do campo um novo jeito de olhar para si mesmo/a, enquanto sujeito social, cultural, histórico. Caldart (2004) trata dessa questão, quando fala das cinco matrizes Pedagógicas

do Movimento: pedagogia da luta social; organização coletiva; terra; cultura; e história. A luta pela terra é responsável pelo encontro das cinco pedagogias, que foi sendo construída em todo processo, no intercurso social, e nas trocas de experiências entre sujeitos. A terra é o palco de todos estes aprendizados; ela não só representa os dois momentos vivenciados de opressão e libertação, há todo um significado político social cultural e histórico de sujeitos que se reconhecem enquanto classe.

4. Considerações finais

No decorrer da construção deste artigo, percebemos que os povos do campo foram sumariamente violados de seus direitos básicos e, alguns, até do direito à vida. Por esse viés, a história dos povos vai se constituindo carregada de significados, sonhos, lágrimas, risos e esperanças e foi acreditando na força da organização que eles conseguiram sobressair de sua condição de desumanização.

No caso específico dos camponeses/as do assentamento Amarela I, a pedagogia da luta pela terra propiciou uma série de aprendizados: consciência da luta de classe, trabalho coletivo, organização, planejamento, participação em reuniões com a CPT e o sindicato dos trabalhadores rurais, entre outros. Esses aprendizados resultaram em uma mudança de postura diante do mundo, perceberam-se sujeitos protagonistas de suas próprias histórias. Aprenderam, também, que, por meio da luta coletiva, é possível alcançar sonhos e realizar objetivos individuais e comunitários. Perceberam, ainda, a importância que tem o cuidado com a terra, para que ela continue dando frutos e seja capaz de alimentar famílias.

A terra para mim significa quase tudo em minha vida ela é minha mãe por que através dela que existe o pão que me sustenta.

Joana de Amarela (2011)

Com a posse da terra, os/as camponeses/as passaram a cuidar melhor da terra, compreendendo que estes cuidados somente são possíveis graças à ação dos seus filhos e filhas. Entenderam que existem simbologias marcantes entre eles e ela (a terra), que tudo está conectado, que há uma relação em tudo.

Dessa forma, lutar pela terra significou, não só a liberdade de cultivá-la livremente, mas uma melhora na sua própria condição de vida, pois, anteriormente, a condição era desfavorável e sem acesso aos direitos e à dignidade.

Antes da luta eu era uma pessoa oprimida rodeada de cana não tinha nada, morava em casa de taipa outras pessoas moravam em casa de barro

coberta com palhas, não tinham água potável, energia, enfim não tinham direito a viver com dignidade. Hoje tenho água, energia, casa e direito de plantar e de criar os nossos animais. Hoje sou uma cidadã com sustentabilidade.

Joana de Amarela (2011)

No percurso da luta, os camponeses/as tomaram consciência da sua opressão e, no processo de libertação, foram se constituindo novos seres, mais humanizados e libertos no sentido do “ser mais”. Essa é a pedagogia da luta que os trabalhadores camponeses de Amarela I vivenciaram e, ao passo que foram se percebendo como protagonistas, perceberam também que era possível mudar suas realidades de vida, como de fato, mudaram!

Referências

- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- AYDOS, Mariana Recena. Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. In: **XVI Semana PUR/IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/Mariana_Aydos.pdf> Acesso em: 02 abr. 2014.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular: construindo concepções e práticas educativas emancipatórias. In: XAVIER NETO, Lauro Pires (Org.). **Educação Popular**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2007 (Série Saiba Mais Sobre; 4)
- BENJAMIM, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000 (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, v.3).
- BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 264 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 20).
- _____. (Org.) . **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. 2. ed. Campinas/SP: Papyrus, 1986.
- PEREIRA, Antônio Pereira. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das ligas aos assentamentos rurais**. João Pessoa: Ideia, 2009. 214p.
- _____. **Além das Cercas... Um olhar Educativo sobre a Reforma Agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por uma Educação do Campo, v.5).

SOUZA, João Francisco de. Educação popular enquanto uma pedagogia, movimentos sociais populares lócus educativo. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas/SP: Alínea, 2007. p. 123-153.

Sobre os autores

Ivanilson Batista da Silva - Mestrando em Educação, linha de pesquisa em Educação Popular, Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFPB e professor da rede pública do município de São Miguel de Taipu-PB

Eduardo Jorge Lopes da Silva - Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, linha de pesquisa em Educação Popular. Doutor em Educação pela UFPE. E-mail: eduardojorgels@gmail.com

Recebido em 10.01.2015

Aceito em 21.03.2015

